

Atribuição BB CY 4.0

ABORDAGENS SOBRE O RACISMO NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA

Patrícia Karla Soares Santos Dorotéio¹

Resumo

Este artigo pretende cooperar para o debate e a consolidação de uma educação democrática, diversa e antirracista, a partir de um objeto específico: as abordagens sobre o racismo nos livros didáticos de História destinados aos anos finais do Ensino Fundamental. Para tanto, foram analisadas duas coleções didáticas aprovadas pelo PNLD (2024–2027), em uso em escolas públicas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, a partir da catalogação das menções ao termo "racismo". A análise teve como fundamento os estudos decoloniais e pesquisas sobre o ensino de História. Entre os resultados encontrados, observou-se que o racismo é um tema presente nos livros didáticos. No entanto, trata-se de uma temática abordada de maneira fragmentada, pouco qualificada, sem lastro com o texto principal que compõe as narrativas e, de modo geral, sem historicidade. Tais lacunas podem inviabilizar a compreensão crítica, por parte dos estudantes, do racismo como um problema histórico e estrutural.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Ibirité. E-mail: patricia.santos@uemg.br

Palavras-chave

Racismo; Antirracismo; Livros didáticos; Ensino de História.

Recebido em: 24/03/2025
Aprovado em: 23/07/2025

395

APPROACHES TO RACISM IN THE HISTORY TEXTBOOK

Abstract

This article aims to contribute to the debate and the consolidation of a democratic, diverse, and anti-racist education through the analysis of a specific object: the approaches to the theme of racism in history textbooks intended for the final years of elementary education. To this end, two textbook collections approved by the PNLD (2024–2027), currently used in public schools in the Metropolitan Region of Belo Horizonte, were analyzed based on the cataloging of references to the term “racism.” The analysis was grounded in decolonial studies and research on history education. Among the findings, it was observed that racism is indeed a topic present in the textbooks. However, it is still addressed in a fragmented, superficial manner, with little integration into the main narrative and, in general, lacking historical contextualization. Such gaps may hinder students' critical understanding of racism as a historical and structural issue.

396

Keywords

Racism; Anti-racism; Textbooks; History Teaching.

Introdução

Este artigo pretende cooperar para o debate e para a consolidação de uma educação democrática, diversa e antirracista, a partir de um objeto específico: as abordagens sobre o racismo² no livro didático de História destinado aos anos finais do Ensino Fundamental. O ponto de partida é a urgência para que o ensino de História, a historiografia e a pesquisa acadêmica, efetivamente, se comprometam com a formação de uma sociedade sem discriminação, que coabite com a diferença, que seja antirracista.

397

A escolha do objeto de pesquisa toma como panorama um marco temporal específico: os primeiros anos da década de 2020 e nossa história do tempo presente. Esse marco temporal se justifica a partir de dois elementos: o assassinato de George Floyd e o movimento “Black Lives Matter”, em 2020; e a editoração, em 2022, dos livros didáticos de História usados atualmente nas escolas públicas do país, que estarão em circulação durante a vigência do edital do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD 2024-2027)³.

Sobre esse contexto, entendemos que, para tratar do racismo e de uma educação antirracista, um importante acontecimento contemporâneo a ser analisado é o movimento que tomou as ruas e as redes sociais - fenômeno da nossa época - entre maio e junho de 2020. Trata-se do movimento desencadeado após o assassinato de George Floyd, em 25 de maio de 2020, durante uma abordagem de policiais brancos, em Minnesota, EUA. Floyd morreu em decorrência de parada cardiopulmonar causada por compressão do pescoço. Era um homem negro e estava com 46 anos. Sua morte foi registrada como homicídio.

Essa abordagem criminosa foi compartilhada em redes sociais a partir de vídeos gravados por pessoas que passavam pelo local durante a ação. Neles, é possível

² Adotamos os conceitos de raça e de racismo tal como delineado por Munanga (2004).

³ De acordo com o Ministério da Educação (MEC), “O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público.” Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>. Acesso em 03 jul. 2023.

ver o policial branco Derek Chauvin ajoelhado sobre o pescoço de Floyd enquanto ele já estava completamente imobilizado. Pelos vídeos também ouvimos o apelo de Floyd: “*I can't breathe!*” (*Eu não consigo respirar!*).

A divulgação das gravações que continham o assassinato de Floyd levou a uma onda de indignação e protestos contra o racismo e a violência policial nos EUA e em outros países. A indignação, que primeiro tomou conta das redes sociais, se espalhou pelas ruas em grandes marchas de protesto, mesmo em período de isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19. “*I can't breathe!*” virou grito de resistência durante essas grandes marchas. O movimento foi visto, curtido e compartilhado por milhões de pessoas, por vídeos e imagens, seguidos pela #BlackLivesMatter⁴ (#VidasNegrasImportam).

Esse acontecimento recente se relaciona com nosso objeto de pesquisa na medida em que assumimos que o conhecimento histórico tem uma função prática no tempo, na vida cotidiana e está relacionado com a compreensão do presente. A proeminência de mais um assassinato de homem negro, assim como a indignação coletiva e o protesto, são pautas que não podem ficar fora dos currículos escolares, se almejamos, de fato, uma sociedade sem discriminação. Na prática, podemos contribuir para a formação dessa sociedade a partir de uma educação escolar capaz de ofertar as ferramentas necessárias para compreensão da construção histórica do racismo, dos processos históricos que produziram específicas práticas racistas em cada localidade, assim como os seus efeitos ainda vivos no tempo presente.

O campo da prática é o convite deste artigo para a análise do livro didático de História, destinado aos anos finais do Ensino Fundamental. Pesquisas recentes sobre o ensino de História indicam a necessidade de diversificar fontes e materiais didáticos nas práticas escolares. Na gama desses trabalhos, temos visto se avolumarem estudos interessados nas interfaces entre o ensino de História e as tecnologias digitais, em consonância com as demandas do tempo presente e com a cultura digital de crianças e adolescentes. No entanto, à contrapelo de uma perspectiva de introdução das tecnologias digitais na educação - mas sem negar

⁴ O movimento *Black Lives Matter* surgiu nos EUA em 2013 e tem como pauta a luta contra a violência policial e a defesa dos direitos das pessoas negras.

a necessidade de diversificação de fontes e materiais nas práticas escolares - insistimos no livro didático como objeto de estudo, material que permanece um importante artefato da cultura escolar (Julia, 2001) e é disponibilizado às escolas públicas.

Ainda no campo do ensino de História, muitos estudos teceram análises críticas sobre livros didáticos, indicando lacunas e limitações, além de reflexões sobre conteúdo, produção, circulação e consumo desse material (Abud, 1984; Bittencourt, 2004, 2018; Caimi, 2017). Ao propormos a análise do livro didático de História, procuramos considerar todo esse campo de estudos, entendendo o livro como objeto da prática escolar, suporte pedagógico; mas também como documento, fonte histórica para a pesquisa interessada na cultura escolar (Julia, 2001; Munakata, 2016).

Sobretudo, não podemos desconsiderar que o livro didático é material institucional, distribuído por meio do PNLD. Em muitas salas de aula, é o único material usado por professores e professoras, mesmo que estudos recomendem seu bom uso: como base, que necessita ser complementada (Bittencourt, 2018). Nas palavras de Cavalcanti (2019, p. 56), “o livro didático ainda continua exercendo grande influência no exercício de professores e professoras que atuam na educação básica no Brasil”. É nesse sentido que justificamos a pesquisa em livros didáticos de História, admitindo sua influência, validação e reconhecimento nas práticas escolares.

Os livros didáticos de História são portadores de narrativas sobre o passado, narram processos históricos sensíveis, e é preciso saber como esse passado tem sido narrado. Sob essa premissa, endossamos o interesse em analisar as abordagens sobre o racismo no livro didático de História destinado aos anos finais do Ensino Fundamental. Entendemos que a originalidade deste artigo está na análise do livro didático de História à luz dos estudos decoloniais⁵, base teórica para a crítica às narrativas eurocentradas do nosso passado, assim como para desvelar a construção histórica do racismo e seus efeitos no presente.

⁵ Os estudos decoloniais compõem um campo de pesquisa heterogêneo, têm em comum a crítica à colonialidade e a denúncia das estruturas de dominação e de exploração iniciadas com o colonialismo. A perspectiva decolonial procura evidenciar como as estruturas colonizadoras mantêm-se em funcionamento na atualidade.

Letramento histórico e pensamento decolonial para a análise do racismo

Para responder aos objetivos da pesquisa, nos fundamentamos no campo de estudos sobre o ensino de História e nos estudos decoloniais.

Acreditamos que o conceito de literacia histórica, definido por Isabel Barca (2006, p. 93) como um “conjunto de competências de interpretação e compreensão do passado” é uma importante ferramenta para o ensino de História, quando se trata do tema racismo. Entendemos que letrar historicamente os estudantes é oferecer possibilidades de leituras críticas e problematizadoras do presente, livres dos imediatismos de certos discursos. Tratar do racismo demanda uma leitura contextualizada do passado, junto a processos de ensino e aprendizagem capazes de produzir, como efeito, a desnaturalização do racismo estrutural que se manifesta em discursos e práticas sociais contemporâneas.

400

Literacia, ou letramento histórico, como nomeia Helenice Rocha (2020), é um campo teórico que considera a construção do pensamento histórico em seus múltiplos sentidos, compreendendo que essa forma de letrar-se está relacionada ao modo como o passado é percebido socialmente. Letramento histórico é, portanto, construído para além das práticas estritamente escolares. Para Rocha (2020, p. 276), “(...) o letramento ultrapassa o tempo e o espaço da escola, sendo parte de todas as práticas relacionadas à escrita em interação ou não com esse espaço e tendo como consequência os resultados mais diversos”. Não se trata, portanto, de um conteúdo que se possa ensinar ou de uma forma única, específica, de produzir leituras e narrativas históricas; mas sim de um processo construído em diversos espaços da sociedade, por diferentes meios, convívios e referências, a partir dos quais produzimos nossas interpretações do passado.

Sabemos, contudo, que a educação escolar é também um espaço privilegiado para a construção dos diversos letramentos. Em relação ao letramento histórico, Rocha (2020) afirma que ele pode ser desenvolvido a partir de práticas de ensino que possibilitem análises críticas e problematizadoras, desenvolvidas a partir da

construção de panoramas históricos que apresentem diferentes perspectivas de interpretação e compreensão do passado.

A virada decolonial, por sua vez, nos convida a pensar em práticas de ensino de História capazes de colocar em questão as bases eurocêntricas que fundamentam a narrativa histórica tradicional, jogando luz no resgate de memórias e no passado de grupos invisibilizados pelas narrativas hegemônicas. Nessa mirada, faz-se necessário um outro tipo de competência de interpretação e compreensão do passado, uma forma de letramento histórico que considere, por exemplo, a construção da ideia de raça como a “codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados”, constituída a partir da submissão dos povos da América à colonização, perspectiva que segue em curso no Ocidente até os dias atuais (Quijano, 2005, p. 17).

Quijano (2005) considera que o colonialismo se estruturou em conjunto com a ideia de modernidade que, por sua vez, tem como base o eurocentrismo, ou seja, a constituição do europeu como polo central, como superior. A modernidade se sustenta em um binarismo: a dualidade, um polo tem mais valor que o outro; e o evolucionismo, a ideia de evolução do primitivo ao civilizado. A partir desse binarismo, a colonialidade coloca em oposição noções como a razão e a natureza; o que é moderno e o que é atrasado; a alma e o corpo. Esse binarismo situa os europeus no ponto máximo do processo evolutivo, ao mesmo tempo em que a ideia de raça confere inferioridade ao outro, ao não europeu.

O filósofo camaronês Aquille Mbembe nos ajuda a compreender como a ideia de raça, construída na modernidade, funciona até os dias atuais. Em seu livro *Necropolítica* (2016), o autor desenvolve o conceito que nomeia a obra, evidenciando o poder de controle dos Estados, manifestado por políticas de deixar viver e de deixar morrer, exercidas sob o conceito de soberania e fortemente atravessadas pelo racismo.

Mbembe (2016) constrói o conceito de necropolítica em diálogo com o conceito de biopolítica de Michel Foucault. O filósofo francês define como biopolítica a construção de determinado tipo de gestão da população, que se dá, sobremaneira, a partir dos séculos XVIII e XIX, e funciona a partir de dispositivos de controle,

vigilância e normalização sobre os corpos. Em Foucault (2008), esses dispositivos podem ser vistos no poder de retirar o doente mental do convívio social, de punir o criminoso, de instituir normas para as práticas sexuais, entre outros exemplos. Tem-se, então, o biopoder que se estabelece por meio de práticas e instituições destinadas à regulação dos corpos e das vidas dos indivíduos (Foucault, 2008).

Mbembe (2016) constrói o conceito de necropolítica tendo em vista não apenas o biopoder – que, no extremo, se manifesta a partir das políticas de deixar viver ou de deixar morrer – mas também considerando aquilo que se refere efetivamente à biopolítica da morte e do extermínio, que ele nomeia como necropolítica.

Assim como muitos filósofos do século XX, Mbembe (2016) considera o campo de concentração nazista como um exemplo da política de extermínio orquestrada pelo Estado moderno, ou seja, com o Estado exercendo efetivamente o direito de matar. Mas Mbembe considera que essa prática não foi inaugurada nesse contexto histórico, uma vez que o horror experimentado durante o holocausto contra os judeus teve um antecedente, um modelo colocado em prática no Ocidente que não pode ser desconsiderado: a colonização.

Mbembe (2016) nos lembra que os processos de colonização moderna foram marcados pela violência extrema exercida pelos colonizadores europeus, sob o pretexto de levar a “civilização” para os “selvagens”. Sob essa justificativa, a colonização se dá em estado de exceção, ou seja, a relação entre colonizadores e colonizados estabeleceu-se sem quaisquer garantias ou ordens jurídicas. Assim, o colonizador colocou em prática o seu direito soberano de matar, de maneira que a soberania, nesse caso, se referiu ao poder de dizer quem podia viver e quem era descartável. Importa considerar que ao efetivar a dominação e o massacre sobre povos colonizados, o estabelecimento do “outro” como o “selvagem” passou pela destituição desse “outro” de seu caráter humano⁶. Em outras palavras, as estruturas do colonialismo estiveram fincadas na atribuição de uma característica de diferenciação entre os indivíduos baseada na ideia de raça.

⁶ Em *Pele Negra, Máscaras Brancas*, Frantz Fanon (2008) oferece importantes contribuições sobre como o racismo opera na constituição do sujeito colonizado, assim como busca elucidar as estratégias utilizadas pelo colonizador no processo de desumanização desse sujeito.

Mbembe (2016) nos apresenta um campo de discussão que considera como o racismo marcou o pensamento e a prática política do Ocidente desde a colonização, sendo a raça o elemento crucial que desumaniza o “outro” e permite a dominação, o massacre, o extermínio. Em sua perspectiva, o racismo está diretamente ligado ao direito de matar exercido pelo Estado.

A necropolítica, portanto, passa pela política de morte e de extermínio exercida por Estados soberanos e opera com bases no racismo. Mbembe considera a contemporânea ocupação colonial na Palestina como um exemplo de necropoder. No Brasil, podemos encontrá-lo nas recentes práticas de extermínio do povo Yanomami⁷ que ganharam as páginas da grande mídia brasileira e são similares a muitas outras formas de extermínio de populações indígenas, que seguem em curso na América Latina, mas sem a mesma repercussão; ou, ainda, na forma da “bala perdida” que “encontra”, sobretudo, corpos de jovens negros e periféricos, vítimas de um Estado omisso e estruturalmente racista. Acerca da violência que incide sobre a juventude negra, vale destacar as considerações de Nilma Lino Gomes e Ana Amélia Laborne (2018, p. 6), após análise sobre os dados estatísticos da violência no Brasil:

(...) ser negro é um determinante para que a violência incida com mais força sobre essa parcela da população. Essa constatação não é nada mais do que a afirmação da existência do racismo, mesmo tendo este sido considerado como um crime inafiançável e imprescritível, desde a Constituição Federal de 1988.

O conceito de necropolítica convoca o ensino de História a uma abordagem do racismo de modo a desvelar as estruturas do Estado Moderno, desde a colonização até a contemporaneidade. Faz-se necessário que o espaço da sala de aula ofereça ferramentas para que os estudantes estejam aptos a identificar nas relações, nas instituições e nos modos de vida do presente, os efeitos de processos históricos fortemente ancorados na ideia de raça e na consequente definição de políticas de Estado a partir do estabelecimento de quais vidas valem menos.

⁷ Sobre o tema, ver reportagem “Genocídio? Drama humanitário dos yanomami pode reforçar denúncias contra Bolsonaro no TPI”, publicada em 25 jan. 23, em Carta Capital. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/genocidio-drama-humanitario-dos-yanomami-pode-reforcar-denuncias-contra-bolsonaro-no-tpi/>. Acesso em 26 jan. 23.

Quando compreendemos que no presente existem políticas de deixar viver, deixar morrer e efetivamente matar, fortemente atravessadas pela raça, entendemos a importância de que o ensino de História aborde o racismo em sua complexidade, a partir das bases históricas de sua construção, dos efeitos que ele causa ao longo dos processos históricos da humanidade e de seus impactos contemporâneos. Não deve ser, portanto, um assunto frio, distante, mais um conceito que se soma àqueles necessários para as análises históricas. Assim, na análise das coleções didáticas, buscamos compreender se a abordagem do racismo promove uma contextualização crítica que favoreça o letramento histórico e, ao mesmo tempo, se tal abordagem procura romper com as narrativas eurocentradas que embaçam a compreensão do racismo como parte da necropolítica.

Nessa perspectiva, mostra-se fundamental uma análise ética e política da temática (Pereira; Paim, 2018), capaz de problematizar o racismo, a intolerância, a discriminação e os silenciamentos, a fim de educarmos sujeitos historicamente letRADOS e efetivamente antirracistas.

O racismo nas coleções didáticas Jovem Sapiens História e História, Sociedade & Cidadania

Para analisar as abordagens sobre o racismo no livro didático de História, selecionamos duas coleções destinadas aos anos finais do Ensino Fundamental: a *Jovem Sapiens História*, escrita por Adriana Machado Dias, Keila Grinberg, Marco Pellegrini, editora Scipione; e a *História, Sociedade & Cidadania*, escrita por Alfredo Boulos Júnior, editora FTD. Os livros foram editados em 2022 e compõem o catálogo de obras aprovadas e disponibilizadas às escolas públicas pelo PNLD 2024-2027. Essas coleções estão sendo utilizadas em escolas públicas da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Os dados utilizados neste artigo partem da catalogação das menções e passagens (texto e imagem) acerca do termo racismo nas coleções didáticas analisadas, em seus volumes do 6º a 9º ano do Ensino Fundamental.

Ao analisar livros didáticos não podemos ignorar a vinculação desse material com o currículo nacional prescrito: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)⁸. Sandra Oliveira e Flávia Caimi (2021) evidenciam que o processo de avaliação das obras didáticas pelo PNLD⁹ acontece em consonância com a BNCC. Para as autoras, esse é um dos modos de efetivar o currículo oficial nas práticas escolares, por meio do uso dos livros didáticos nas salas de aula.

Sendo assim, uma primeira coleta de dados foi realizada no documento curricular que orienta a elaboração do material didático, a BNCC. Nela encontramos o termo racismo em apenas duas passagens, ao longo de todo o documento. Nos dois casos, a palavra aparece no componente curricular História¹⁰. A primeira referência está no 8º ano, na unidade temática “Configurações do mundo no século XIX”, onde temos o objeto de conhecimento “Pensamento e cultura no século XIX: darwinismo e racismo” (Brasil, 2018, p. 424). A segunda referência está no 9º ano, na unidade temática “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946”, na qual encontramos a habilidade “(EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo” (Brasil, 2018, p. 429).

A partir daí, foi possível observar a intrínseca relação das coleções didáticas analisadas com a BNCC, uma vez que as abordagens sobre o racismo aparecem quase que exclusivamente nos volumes didáticos de 8º e 9º ano.

Em relação aos volumes de 8º ano, as coleções didáticas procuraram abordar o darwinismo social buscando evidenciar o caráter racista das teorias de embranquecimento do século XIX, relacionando-as à ideia de superioridade dos

⁸ A BNCC foi homologada no Brasil em 20 de dezembro de 2017, por meio da Resolução CNE/CP nº 2 que “Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.” (BRASIL, 2017).

⁹ Sobre a história do PNLD e as possíveis tentativas de desmonte do Programa que se iniciam com a apressada aprovação da BNCC, ver o artigo de Sônia Miranda e Fabiana Almeida (2020) “*Passado, presente e futuro dos livros didáticos de História frente a uma BNCC sem futuro*”.

¹⁰ A BNCC organiza o Ensino Fundamental a partir de cinco componentes curriculares. Cada componente, apresenta as aprendizagens esperadas em quadros específicos, do 1º ao 9º ano. Esses quadros descrevem as unidades temáticas, os objetos de conhecimento e as habilidades esperadas para a consolidação do componente curricular em cada ano de escolaridade.

europeus e à perspectiva de civilização presente no Brasil Imperial. A coleção *História, Sociedade & Cidadania*, por exemplo, ao tratar do conceito de darwinismo social, considera que “essa teoria está apoiada em duas ideias equivocadas: a primeira é a de que existem raças humanas, e a segunda é a de que a “raça branca” é superior à “raça negra”, à “raça amarela” e aos miscigenados” (Boulos Jr., 2022a, p. 263). O livro afirma em box que “(...) **não** existem raças humanas dos pontos de vista genético ou biológico. Porém (...) autores concordam que o conceito de raça possui existência social; daí deriva o racismo, ou seja, a transformação da diferença em desigualdade” (*grifo do autor*) (Boulos Jr., 2022a, p. 263).

Sobre o mesmo tema, a coleção *Jovem Sapiens História*, considera que:

Essa pseudociênciencia criou as bases ideológicas para o racismo, justificando o direito natural de dominação dos europeus sobre povos considerados inferiores. A pretensa raça branca europeia seria a mais favorecida na luta pela sobrevivência, portanto supostamente mais forte e capaz do que os outros povos considerados cultural e fisicamente inferiores (Dias et. al., 2022a, p. 291).

A análise das coleções torna evidente que, embora ambas cumpram o currículo oficial que estabelece o objeto de conhecimento “Pensamento e cultura no século XIX: darwinismo e racismo” (Brasil, 2018, p. 424), as escolhas narrativas em cada livro didático são distintas. Ao abordar esse objeto de conhecimento, os dois volumes se referem ao darwinismo como teoria racista e ao uso desse “racismo científico” para a chamada “missão civilizadora” empreendida durante a dominação imperialista.

Destaca-se, contudo, a escolha narrativa presente na obra *Jovem Sapiens História*, na qual encontramos uma abordagem mais problematizadora sobre o chamado “fardo do homem branco” ao relacionar diretamente as teorias racistas e a dominação colonial. Além disso, há também certa discrepância no espaço dedicado ao tema: enquanto o livro *História, Sociedade & Cidadania* aborda o tópico “Teorias racistas do século XIX” em apenas uma página, composta por um pequeno texto e uma breve proposta de atividade de interpretação; na obra *Jovem Sapiens História*, encontramos a temática em uma sequência de quatro páginas, duas delas destinadas aos textos e imagens referentes aos tópicos “O darwinismo social”, “Racismo ‘científico’” e “O fardo do homem branco”, seguidas

por duas outras páginas com propostas de atividade e problematização do tema. Essa diferença revela que a segunda obra procura avançar no debate sobre a temática, enquanto a primeira apenas cumpre a BNCC burocraticamente.

Em relação aos volumes destinados ao 9º ano, dedicamos atenção ao modo como as coleções contextualizaram a unidade temática da BNCC “Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946”, junto à abordagem do racismo indicada entre as habilidades previstas por essa unidade temática (Brasil, 2018, p. 429). Como na maioria das coleções didáticas de História, assim como na BNCC, as temáticas do tempo histórico mais recente costumam aparecer entre os tópicos finais dos livros didáticos do 9º ano. Seguindo essa tendência, encontramos entre os últimos capítulos do livro *História, Sociedade & Cidadania* breve debate sobre a constituição do Movimento Negro, a partir das décadas de 1970 e 1980. Sobre esse movimento, o autor informa que ele trazia entre as suas pautas “(...) o combate ao racismo e a inclusão da história da África e dos afrodescendentes nos currículos escolares” (Boulos Jr., 2022b, p. 269). Além disso, em ambas as coleções, encontramos a informação de que a prática de racismo passou a ser considerada crime inafiançável na legislação brasileira. Essa criminalização é narrada como uma vitória do movimento negro. Também em atenção ao que estabelece a BNCC, encontramos breves referências ao racismo quando os livros abordam os tópicos destinados ao governo Vargas e a ditadura cívico-militar brasileira, especificamente a partir da referência a movimentos de resistência que denunciavam o racismo em cada período. Houve, ainda, certa abordagem sobre o tema ao tratarem da Primeira República e seus desdobramentos, sobretudo ao destacarem o racismo como uma das dificuldades enfrentadas pelos afrodescendentes nesse contexto histórico.

Assim, podemos afirmar que os volumes analisados, destinados ao 9º ano, abordaram o racismo em quase todos os capítulos que compõem os volumes. Todavia, a maioria das abordagens encontradas são apenas breves referências textuais, presentes em boxes, textos complementares ou propostas de atividade. Esse achado revela, de maneira concreta, que, ao tratar do racismo de maneira fragmentada, as coleções didáticas limitam a construção do letramento histórico crítico, problematizador do racismo e da necropolítica, como denunciam os estudos decoloniais.

Além das mínimas propostas de abordagem do racismo na BNCC, encontramos a temática em outros conteúdos dos livros analisados. Um exemplo é o capítulo “O processo de independência do Brasil” do volume de 8º ano da coleção *Jovem Sapiens História*: ao tratar da questão indígena, os autores incluem o texto “O problema do racismo no Brasil” na seção “Hora do tema”, onde afirmam que “Até os dias atuais, os indígenas e seus descendentes, assim como os afro-brasileiros, sofrem racismo, preconceito, discriminação e são vítimas de diversos tipos de violência” (Dias et. al., 2022a, p. 184).

Outro exemplo, também no volume de 8º ano do livro *Jovem Sapiens História*, menciona o movimento antirracista de 2020 para debater o racismo. Como já dissemos, as coleções analisadas foram editadas em 2022, logo, posteriores ao movimento desencadeado pelo assassinato de George Floyd.

No mesmo volume, no capítulo “O Segundo Reinado”, os autores apresentam uma imagem do protesto em São Paulo, com destaque para a faixa “vidas negras importam！”, expressão representativa do movimento antirracista de 2020. Na mesma atividade, junto à imagem, outras fontes históricas com dados que evidenciam o racismo estrutural no Brasil. Entre as propostas de atividades, é solicitado que o/a estudante “explique como o racismo afeta as pessoas negras no Brasil” (Dias et. al., 2022a, p. 262). Nesse exemplo, é interessante observar o vínculo entre a discussão sobre o racismo no presente e o contexto histórico do Segundo Reinado, período marcado pela abolição da escravidão, mas também pela perpetuação do racismo.

Outra menção ao movimento antirracista de 2020 acontece no volume do 9º ano do livro *Jovem Sapiens História*: no capítulo “O Brasil Contemporâneo”, é apresentado o tópico “Racismo no Brasil”, considerado como “um grave problema estrutural brasileiro”. Nesse tópico, encontramos a reprodução de outra imagem, também produzida em uma manifestação contra o racismo na cidade de São Paulo, em 2020, nela se vê, junto aos manifestantes com máscaras de proteção contra o Covid-19, uma grande faixa grafada “Vidas Negras Importam” (Dias et. al., 2022b).

A coleção *História, Sociedade & Cidadania* não faz menção ao movimento antirracista de 2020. Em todo caso, também procura abordar o racismo a partir de dados e exemplos do tempo presente, sobretudo referentes à violência, à desigualdade social e à necessidade de combatê-lo.

Podemos dizer que os exemplos coletados nas coleções didáticas demonstram, de forma concreta, como o racismo tem sido abordado de maneira fragmentada e, na maioria das passagens, sem articulação com a narrativa principal do texto, ou sem historicidade. No entanto, reafirmamos a importância de uma escolha do livro didático bem fundamentada. Sabemos que os livros distribuídos pelo PNLD estão vinculados à BNCC e apresentam falhas e/ou lacunas que podem ser peculiares às características do livro como material didático ou à política curricular vigente. Entretanto, a análise das duas coleções revelou escolhas narrativas diferentes na articulação de conteúdos, como acontece na citada abordagem do darwinismo social, por exemplo. Acreditamos que a forma como os livros articulam as narrativas históricas pode causar diferentes impactos nas práticas pedagógicas e nos processos de ensino e aprendizagem. Daí a importância de que a escolha do material didático aconteça em sintonia com a perspectiva de uma educação antirracista.

409

Algumas considerações

Ao analisar as abordagens do racismo nas coleções didáticas *História, Sociedade & Cidadania* e *Jovem Sapiens História*, observamos o diálogo com a temática em diferentes temporalidades e conteúdos didáticos, tais como: a Primeira República; o governo Vargas; a ditadura cívico-militar brasileira; o Brasil contemporâneo; entre outros. No geral, a estratégia utilizada pelas coleções didáticas foi abordar o racismo explorando textos que procuravam evidenciar seus efeitos no tempo presente. Pudemos observar que essa é a temática a partir da qual os livros didáticos fazem a maior interlocução com as questões do tempo presente.

Ao analisar as narrativas sobre o tempo presente que compuseram as discussões sobre o tema, observamos que o movimento antirracista de 2020 foi retomado apenas pela coleção didática *Jovem Sapiens História*. Entendemos que, para além de uma abordagem do racismo a partir da denúncia da violência e da

desigualdade social, também é importante apresentar aos sujeitos em formação as práticas de resistência, de antirracismo. Sabemos que um importante caminho para tornar o ensino de História significativo é abordar questões temporalmente próximas aos estudantes, de modo que eles compreendam como a História nos ajuda a entender aquilo que acontece no presente. Nesses termos, o movimento antirracista de 2020 pode funcionar como um importante vetor para a compreensão e problematização da temática do racismo, mas também do antirracismo e dos movimentos de resistência atuantes na contemporaneidade.

410

No mesmo sentido, o uso de afirmações sobre o fato de que as populações negras e indígenas “são vítimas de diversos tipos de violência” devido ao racismo, ou que é necessário “combater o racismo”, mostra-se genérico quando repetido sem lastro histórico. Afirmar a violência sofrida por pessoas racializadas como intrínsecas ao racismo perde o seu efeito pedagógico quando o tema é tratado sem uma gama de problematizações que permita o letramento histórico. Tal letramento é necessário para que se compreenda a relação entre a violência sofrida, as práticas de racismo e sua ligação com as políticas de Estado, assim como denuncia Mbembe (2016).

Também não podemos deixar de observar que a maior parte do conteúdo que trata do racismo está em boxes, seções complementares ou propostas de atividades. Ou seja, é uma temática apresentada como complemento, conteúdo transversal, assunto para reflexão. Em outras palavras, podemos dizer que é uma temática que está presente nos livros didáticos, mas é breve, fragmentada, muitas vezes solta, desconexa, sem lastro com o texto principal que compõe as narrativas. Não é uma temática de abordagem qualificada, apresentada com historicidade.

Na construção teórica deste artigo, apresentamos o letramento histórico como um conjunto de competências de interpretação e compreensão do passado, fundamentais para uma leitura contextualizada do racismo. Isso envolve compreendê-lo em panorama. Assim, diante das lacunas encontradas, uma proposta para a abordagem do racismo no livro didático é a construção de narrativas que transitem entre as origens da ideia de raça e os modos pelos quais ela se manifesta no presente. Acreditamos que, na constituição do livro didático, valha repetir-se, o quanto for necessário, o exercício de relacionar a constituição

da ideia de raça, a maquinaria colonial, a perpetuação do racismo e sua manifestação na contemporaneidade, considerando os diversos processos históricos que forjaram – e foram forjados por – uma sociedade estruturalmente racista. Sugerimos, portanto, que os livros ofereçam, de maneira didática, narrativas que, efetivamente, possibilitem a compreensão do racismo como processo histórico.

Ainda que não seja objeto de estudo desta pesquisa, precisamos destacar o fato de que o documento curricular institucional que influencia diretamente os currículos em prática nas salas de aula, a BNCC, faz apenas duas menções ao termo racismo em todo o documento. O Brasil é um Estado cujo racismo estrutural tem como traço as políticas de morte destinadas às populações racializadas (Mbembe, 2016). Em contraponto, o que o currículo oficial torna evidente é que se queremos, de fato, uma educação antirracista, a BNCC não pode ser a nossa base.

Em livros didáticos “de acordo com a BNCC” o tema racismo aparece apenas nos volumes de 8º e 9º ano do Ensino Fundamental. Sabemos que as práticas racistas acontecem dentro da escola, muitas vezes encobertas por naturalizações e silenciamentos. Além disso, acreditamos que quando o material didático utilizado aborda o racismo de maneira superficial está contribuindo para a manutenção das práticas discriminatórias na escola e na sociedade. Práticas racistas precisam ser combatidas com práticas antirracistas, desde os primeiros anos de escolarização. Dessa forma, entendemos que a escolha do material didático precisa estar fortemente em sintonia com o desejo de formação de uma sociedade sem qualquer tipo de discriminação, que seja antirracista.

Referências

- ABUD, K. O livro didático e a popularização do saber histórico. In: SILVA, Marcos (org.) **Repensando a História**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1984, p. 81-99.
- BARCA, I. Literacia e consciência histórica. **Educar**, Curitiba, Especial, p. 93-112, 2006.
- BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2018.
- BITTENCOURT, C. M. F. Livros didáticos entre textos e imagens. In.: BITTENCOURT, C. M. F. (org). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.
- BOULOS JÚNIOR, A. **História, sociedade & cidadania**: 8º ano. 1. ed. São Paulo: FTD, 2022a.
- BOULOS JÚNIOR, A. **História, sociedade & cidadania**: 9º ano. 1. ed. São Paulo: FTD, 2022b.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP). Resolução CNE/CP nº 02 de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. **Diário Oficial da União**: Seção 1, Brasília, DF, p. 41-44, 22 dez. 2017.
- CAIMI, F. E. O livro didático de história e suas imperfeições: repercussões do PNLD após 20 anos. In.: ROCHA, H. A. B.; REZNIK, L.; MAGALHÃES, M. S. **Livros didáticos de história: entre políticas e narrativas**. Editora FGV, 2017, p. 23-45.
- CAVALCANTI, E. Ensino de História, livro didático e formação docente de professores de História no Brasil. **Enseñanza de las ciencias sociales: revista de investigación**, n. 18, p. 49-61, 2019.
- DIAS, A. M.; GRINBERG, K.; PELLEGRINI, M. C. **Jovem Sapiens História**: 8º ano. 1 ed. São Paulo: Scipione, 2022a.
- DIAS, A. M.; GRINBERG, K.; PELLEGRINI, M. C. **Jovem Sapiens História**: 8º ano. 1 ed. São Paulo: Scipione, 2022b.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. 3. ed. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica*: curso no Collège de France (1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

- GOMES, N. L.; LABORNE, A. A. P. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. **Educação em Revista**, v. 34, 2018.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2001.
- MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & ensaios**, n. 32, p. 122-151, 2016.
- MIRANDA, S. R.; ALMEIDA, F. R. Passado, presente e futuro dos livros didáticos de História frente a uma BNCC sem futuro. **Escritas do Tempo**, v. 2, n. 5, p. 10-38, 2020.
- MUNAKATA, K. Livro didático como indício da cultura escolar. **História da Educação**, v. 20, p. 119-138, 2016.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In.: **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Tradução. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoesDeRacaRacismoIdentidadeEEtnia.pdf. Acesso em: 13 mar. 2025.
- OLIVEIRA, S. R. F. de; CAIMI, F. E. Vitória da tradição ou resistência da inovação: o Ensino de História entre a BNCC, o PNLD e a Escola. **Educar em Revista**, v. 37, 2021.
- PEREIRA, N. M.; PAIM, E. A. Para pensar o ensino de história e os passados sensíveis: contribuições do pensamento decolonial. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 32, n. 66, p. 1229-1253, set./dez. 2018.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.
- ROCHA, H. A. B. Letramento(s) histórico(s): uma proposta plural para o ensino e a aprendizagem de História. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, vol. 13, n. 2, jul.-dez., 2020.